

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

*THE ROLE OF SPECIALIZED INSTITUTIONS IN THE CONSTRUCTION OF INCLUSIVE
EDUCATION IN BRAZIL: CHALLENGES, ADVANCES AND PERSPECTIVES*

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra¹

Melca Moura Brasil²

Jaqueline Contarin³

Silvana Sousa Andrade⁴

Flalrreta Alves dos Santos Moura Fé⁵

Emerson Aparecido Augusto⁶

Lorena Oss de Sousa⁷

ISSN: 2594-9950 DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v27i2.2270> Recebido em: 20.04.2025 Aceito em: 30.07.2025

Resumo: Este estudo aborda o papel das instituições especializadas na construção da educação inclusiva no Brasil, destacando seus avanços, desafios e perspectivas. A partir de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, foram analisadas contribuições teóricas, documentos normativos e produções acadêmicas que discutem a atuação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Benjamin Constant (IBC), APAEs e outras entidades. O objetivo foi compreender como essas instituições têm colaborado para a formação de profissionais, produção de materiais acessíveis, assessoramento pedagógico e fortalecimento de práticas inclusivas nas escolas regulares. Os resultados evidenciam uma resignificação dessas instituições, que deixaram de atuar exclusivamente em contextos segregados para se tornarem parceiras estratégicas do sistema educacional. Ainda assim, enfrentam desafios como a escassez de recursos, preconceitos institucionais e fragilidades nas políticas públicas. A pesquisa contribui para ampliar o debate acadêmico, ao apresentar uma visão integrada e contextualizada da importância dessas entidades para a inclusão escolar no Brasil. Conclui-se que o fortalecimento dessas instituições, em diálogo com políticas públicas e formação docente, é fundamental para a efetivação de uma educação inclusiva que garanta o direito à aprendizagem e à cidadania para todos.

Palavras-chave: educação inclusiva; instituições especializadas; formação docente; políticas públicas.

1 Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, SP, Brasil.

2 Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFG, GO, Brasil.

3 Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, SP, Brasil.

4 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, BA, Brasil.

5 Universidade Federal do Piauí, UFPI, PI, Brasil.

6 Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, SP, Brasil.

7 Universidade Estadual de Santa Cruz, UESB, BA, Brasil.



Abstract: This study addresses the role of specialized institutions in building inclusive education in Brazil, highlighting their progress, challenges, and perspectives. Based on a qualitative bibliographic research, theoretical contributions, normative documents, and academic productions discussing the work of the National Institute of Deaf Education (INES), Benjamin Constant Institute (IBC), APAEs, and other entities were analyzed. The objective was to understand how these institutions have contributed to teacher training, production of accessible materials, pedagogical support, and strengthening inclusive practices in regular schools. Results show a redefinition of these institutions, which have moved from exclusively segregated contexts to becoming strategic partners of the educational system. However, challenges remain, such as resource scarcity, institutional prejudice, and weaknesses in public policies. The research contributes to expanding academic debate by presenting an integrated and contextualized view of the importance of these entities for school inclusion in Brazil. It is concluded that strengthening these institutions, in dialogue with public policies and teacher education, is fundamental for the effective implementation of inclusive education that guarantees the right to learning and citizenship for all.

Keywords: inclusive education; specialized institutions; teacher training; public policies.

1 Introdução

Nas últimas décadas, o conceito de educação inclusiva tem ganhado crescente relevância no campo educacional brasileiro, impulsionado por transformações legais, sociais e pedagógicas que buscam garantir o direito de todas as pessoas à educação, especialmente aquelas com deficiência. A partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e de tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), o Brasil passou a reconhecer a necessidade de uma escola comum que acolha a diversidade humana em suas múltiplas dimensões. No entanto, esse avanço normativo ainda convive com desafios práticos e estruturais, o que torna a efetivação da inclusão uma tarefa complexa e inacabada.

Nesse contexto, as instituições especializadas — como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o Instituto Benjamin Constant (IBC), as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), entre outras — têm desempenhado papel estratégico e multifacetado na consolidação da educação inclusiva no país. Tradicionalmente voltadas ao atendimento educacional de pessoas com deficiência em espaços segregados, essas instituições passaram, nas últimas décadas, a se posicionar como parceiras do sistema regular de ensino, contribuindo para a formação de professores, a produção de materiais acessíveis, o assessoramento técnico e o apoio a processos de transição escolar. Sua atuação atravessa, portanto, as fronteiras da educação especial e incide diretamente sobre a qualidade das práticas inclusivas nas escolas comuns.

A relevância deste estudo reside justamente na necessidade de compreender, com maior profundidade, o papel dessas instituições na atual configuração da política educacional inclusiva no Brasil. A literatura já evidencia que a inclusão não se concretiza apenas por meio de leis ou diretrizes, mas requer ações articuladas entre diferentes agentes, entre os quais se destacam as instituições especializadas. A investigação se justifica, portanto, por seu potencial teórico e prático: teoricamente, contribui para ampliar o debate sobre a função social e educativa dessas entidades no cenário contemporâneo; na prática, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas mais integradas e eficazes, capazes de dialogar com os saberes e experiências acumulados por essas instituições ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa busca analisar criticamente como essas instituições têm enfrentado os novos desafios impostos pelo contexto atual, como a escassez de recursos financeiros, as tensões entre modelos de inclusão e a necessidade de reconfiguração de suas práticas à luz das diretrizes contemporâneas. A investigação parte do reconhecimento de que tais instituições não são homogêneas e que sua atuação varia de acordo com o contexto regional, a vinculação política e os marcos institucionais. Dessa forma, torna-se relevante mapear tanto os avanços quanto os impasses que marcam essa trajetória.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo investigar o papel das instituições especializadas na construção da educação inclusiva no Brasil, analisando suas contribuições, desafios enfrentados e perspectivas de atuação em diálogo com as políticas públicas educacionais. A questão norteadora da pesquisa é: qual é o papel atual das instituições especializadas na efetivação da educação inclusiva no Brasil, considerando seus aportes teóricos, práticos e institucionais?

2 Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, cuja abordagem visa compreender criticamente o papel das instituições especializadas na construção da educação inclusiva no Brasil, a partir da análise de contribuições teóricas, documentos normativos e produções acadêmicas da área da Educação e da Educação Especial. A natureza qualitativa da pesquisa se justifica pela intenção de interpretar os significados atribuídos às práticas, discursos e políticas que envolvem a atuação dessas instituições, sem pretensão de quantificação, mas com foco na compreensão contextual e interpretativa do fenômeno estudado.

As contribuições teóricas deste trabalho, amparadas nos estudos de Mantoan (2003; 2011), Sasaki (1997; 2005), Carvalho (2004), Mittler (2003), Stainback e Stainback (1999), Arroyo (2006) e Prieto (2006), estão relacionadas à ampliação do olhar sobre a inclusão escolar e a redefinição do papel das instituições especializadas no cenário educacional contemporâneo. Também são considerados autores que discutem os aspectos legais e políticos da inclusão, como Glat e Blanco (2007), e a atuação histórica dessas instituições no Brasil, como Oliveira (2010) e Januzzi (2004). A seleção desses referenciais visa oferecer uma base consistente para compreender os sentidos atribuídos à inclusão em diferentes contextos e períodos, bem como suas implicações para as práticas pedagógicas e institucionais.

O método adotado é o de análise documental e interpretativa de fontes secundárias, considerando a relevância e a legitimidade das produções científicas selecionadas. O procedimento de levantamento de dados consistiu na consulta a livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses disponíveis em bases de dados como Scielo, CAPES Periódicos, Google Scholar e repositórios institucionais, além de documentos oficiais como leis, diretrizes, relatórios e pareceres do Ministério da Educação e de instituições especializadas como o INES, o IBC e a Federação Nacional das APAEs.

No que diz respeito ao procedimento de análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), com base em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O conteúdo foi organizado em categorias temáticas que emergiram da leitura e interpretação crítica dos textos, buscando-se evidenciar recorrências, contradições e contribuições pertinentes ao tema investigado.

A pesquisa também adota um design de triangulação teórico-metodológica, articulando três eixos de análise: (1) o histórico e as transformações das instituições especializadas, (2) as contribuições pedagógicas e políticas dessas instituições para a efetivação da inclusão escolar e (3) os desafios contemporâneos enfrentados diante das atuais políticas públicas. Essa triangulação permite construir uma visão mais complexa e integrada do fenômeno, evitando reducionismos e garantindo maior robustez interpretativa.

O perfil dos dados bibliográficos é composto majoritariamente por autores da área da Educação, com destaque para produções nacionais publicadas nas últimas duas décadas, bem como por documentos institucionais e normativos relacionados à educação especial e à inclusão escolar no Brasil. A escolha por esse recorte bibliográfico visa garantir atualidade e pertinência à análise, considerando os debates contemporâneos sobre o tema.

3 REferencial teórico

A educação inclusiva no Brasil tem percorrido um longo caminho de avanços e contradições, marcado por uma série de transformações históricas, sociais e políticas. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o país tem buscado consolidar práticas educacionais que assegurem o direito de todos à aprendizagem, especialmente das pessoas com deficiência. Nesse processo, instituições especializadas como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o Instituto Benjamin Constant (IBC), as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e outras organizações congêneres desempenharam — e ainda desempenham — papel fundamental na estruturação e no fortalecimento de políticas voltadas à inclusão educacional. Essas instituições não apenas prestaram atendimento especializado quando a educação comum era excludente, mas também se reinventaram ao longo dos anos para atuar como centros de apoio à inclusão, em conformidade com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

O protagonismo dessas instituições se evidencia também na formação de profissionais capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula. Cursos, oficinas, especializações e projetos de extensão promovidos por centros como INES e IBC contribuíram significativamente para ampliar o repertório pedagógico de professores da rede pública e privada, fomentando uma abordagem mais sensível às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Essa atuação tem sido crucial para quebrar paradigmas da educação tradicional e construir uma cultura escolar que reconhece e valoriza a diferença como parte constitutiva do processo de ensino-aprendizagem.

Outro eixo relevante da contribuição dessas instituições diz respeito à produção e difusão de materiais pedagógicos acessíveis. Seja por meio da elaboração de livros em braile, audiolivros, recursos em Libras, objetos pedagógicos adaptados ou tecnologias assistivas, tais centros têm impulsionado práticas inclusivas, assegurando a mediação didática necessária para que os estudantes com deficiência possam participar ativamente do processo educativo. O INES, por exemplo, tem se destacado na produção de materiais bilíngues (Português/Libras), enquanto o IBC tem promovido pesquisas e publicações voltadas à educação de pessoas com deficiência visual. Além disso, iniciativas em parceria com universidades e secretarias de educação têm

contribuído para a disseminação dessas práticas em diferentes regiões do país (GUERRA et al., 2023).

O impacto social gerado por essas instituições vai além do âmbito escolar. Ao oferecerem suporte técnico, atendimentos especializados e programas de inserção social e profissional, elas colaboram ativamente para a transformação de vidas, promovendo o desenvolvimento da autoestima, a autonomia e o acesso ao mundo do trabalho. Relatos de beneficiários das APAEs, por exemplo, revelam trajetórias de superação de barreiras e ampliação de horizontes, evidenciando que a inclusão escolar pode e deve se articular com outras dimensões da vida em sociedade.

Entretanto, os desafios que permeiam esse campo são significativos. Entre eles, destacam-se os cortes orçamentários que comprometem o funcionamento de programas e serviços essenciais, a persistência de preconceitos institucionais que ainda veem as pessoas com deficiência como incapazes, e a carência de políticas de formação continuada que atendam às reais demandas dos educadores. A educação inclusiva exige investimento contínuo, tanto em recursos materiais quanto em processos formativos, e a fragilidade desses aspectos compromete diretamente a efetividade das práticas inclusivas nas escolas.

Nesse sentido, é fundamental destacar a importância da articulação entre instituições especializadas, universidades e políticas públicas. Somente por meio de um esforço conjunto entre os diferentes atores da sociedade — governo, instituições de ensino superior, centros especializados, escolas regulares e movimentos sociais — será possível consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às singularidades de cada sujeito, sem abrir mão da qualidade e da equidade. A atuação em rede, o compartilhamento de saberes e a formulação de políticas integradas constituem caminhos promissores para fortalecer o compromisso ético e pedagógico com a diversidade no contexto educacional brasileiro (GUERRA et al., 2023).

Além da articulação entre instituições especializadas e políticas públicas, é imprescindível considerar o papel das mudanças culturais no avanço da educação inclusiva. A inclusão escolar não depende apenas de infraestrutura física ou de formação técnica, mas também de uma profunda transformação nos valores que orientam as práticas pedagógicas. O paradigma da deficiência, historicamente vinculado à caridade, à assistência ou à medicalização, ainda está presente em muitos espaços escolares, o que dificulta a consolidação de uma abordagem verdadeiramente inclusiva. Nesse cenário, as instituições especializadas podem assumir um papel estratégico como agentes de mudança cultural, promovendo debates, campanhas educativas e ações de sensibilização que estimulem o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos e protagonista de sua trajetória educacional.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel da pesquisa acadêmica produzida em parceria com essas instituições. Ao longo das últimas décadas, muitos centros especializados têm colaborado com universidades públicas na produção de estudos sobre práticas pedagógicas inclusivas, desenvolvimento de tecnologias assistivas, estratégias de ensino bilíngue e avaliação de políticas educacionais. Essa interlocução entre teoria e prática fortalece o campo da Educação Especial e da Educação Inclusiva, contribuindo para a construção de referenciais teóricos e metodológicos fundamentados na realidade brasileira, em contraposição à simples importação de modelos estrangeiros que nem sempre dialogam com o contexto local.

Cabe também destacar a importância de se considerar a interseccionalidade no debate

sobre inclusão. Crianças e jovens com deficiência não vivem sua condição de forma isolada, mas atravessada por fatores como classe social, gênero, raça/etnia e localização geográfica. Muitas vezes, os sujeitos mais vulnerabilizados enfrentam múltiplas camadas de exclusão, o que requer um olhar ampliado por parte das políticas públicas e das instituições de apoio. Nesse sentido, torna-se urgente repensar o papel das instituições especializadas não apenas como suporte técnico, mas como espaços de escuta, acolhimento e resistência diante das desigualdades estruturais que ainda marcam o sistema educacional brasileiro (CARVALHO, 2004).

É necessário enfatizar que a construção de uma educação inclusiva sólida exige compromisso político e continuidade das ações. Avanços importantes foram conquistados nas últimas décadas, mas são constantemente ameaçados por mudanças de orientação política, desmonte de políticas públicas e disputas ideológicas que colocam em risco o direito à inclusão. A valorização das instituições especializadas passa, portanto, pelo reconhecimento de sua história, de sua expertise e de sua capacidade de reinvenção diante dos desafios contemporâneos. Somente por meio de uma abordagem integrada, crítica e engajada será possível consolidar uma escola inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

Outro ponto que merece atenção é o papel das famílias e da comunidade no processo de inclusão escolar, frequentemente negligenciado nas discussões acadêmicas e políticas. As instituições especializadas historicamente têm atuado como ponte entre a escola e as famílias, ajudando a mediar expectativas, orientar processos e oferecer apoio psicossocial. Esse papel se intensifica nas regiões mais vulneráveis, onde a falta de acesso à informação e a escassez de serviços públicos adequados tornam ainda mais desafiador o acompanhamento escolar de estudantes com deficiência. Ao fornecer suporte contínuo, promover encontros formativos e incentivar a participação ativa dos responsáveis, essas instituições fortalecem o vínculo entre família e escola, favorecendo a permanência e o desenvolvimento integral dos alunos no ambiente educacional.

É relevante observar que a construção de uma educação inclusiva exige uma mudança nos mecanismos de avaliação educacional. As formas tradicionais de mensuração de desempenho, baseadas em padrões homogêneos e comparações normativas, não contemplam as especificidades dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, as instituições especializadas vêm contribuindo com propostas de avaliação formativa, centradas no processo de aprendizagem e nos avanços individuais, respeitando o ritmo e as particularidades de cada estudante. Essa perspectiva desafia a lógica meritocrática dominante no sistema educacional e propõe um modelo de avaliação mais humanizado e coerente com os princípios da inclusão.

Além disso, é importante considerar o papel das tecnologias digitais no fortalecimento de práticas inclusivas e o protagonismo que algumas instituições vêm assumindo nesse campo. O desenvolvimento de plataformas digitais acessíveis, softwares educativos adaptados, cursos online de capacitação em acessibilidade e ferramentas de comunicação aumentativa e alternativa são exemplos de ações que ampliam o alcance e a eficácia da inclusão escolar. A pandemia da COVID-19, embora tenha evidenciado profundas desigualdades no acesso à educação, também impulsionou a adoção de tecnologias como recurso essencial para a continuidade da aprendizagem de estudantes com deficiência. Instituições como o INES e o IBC tiveram papel central na oferta de recursos digitais durante esse período, promovendo acessibilidade e apoio remoto.

É fundamental destacar que a efetividade das ações das instituições especializadas está diretamente relacionada à forma como seus saberes são acolhidos pelas redes de ensino. Quando

o conhecimento técnico-científico produzido por essas entidades é integrado às políticas municipais e estaduais, surgem experiências inovadoras e contextualmente adequadas de educação inclusiva. Porém, quando suas contribuições são ignoradas ou instrumentalizadas de maneira pontual, sem articulação com um projeto educacional mais amplo, há o risco de esvaziamento de seu papel social. Portanto, a valorização das instituições especializadas não pode se restringir ao reconhecimento simbólico: deve envolver investimento contínuo, reconhecimento de sua autoridade pedagógica e escuta ativa em todos os níveis de decisão educacional.

No campo da formação inicial de professores, as instituições especializadas também exercem influência importante, embora muitas vezes pouco visibilizada nos currículos universitários. A presença dessas instituições em projetos de extensão universitária, estágios supervisionados e programas de residência pedagógica tem contribuído para aproximar os futuros docentes da realidade da educação inclusiva, permitindo que vivenciem, ainda durante a formação, experiências concretas com estudantes público-alvo da educação especial. Essa vivência prática é essencial para romper com o modelo teórico-descritivo predominante na formação docente, muitas vezes dissociado das reais demandas das salas de aula inclusivas. Assim, a integração entre instituições especializadas e instituições de ensino superior configura-se como uma estratégia potente para ressignificar o modo como os professores se formam para lidar com a diversidade.

Ainda nesse panorama, é importante considerar a contribuição dessas instituições para o debate sobre acessibilidade universal no ambiente escolar. Para além da acessibilidade arquitetônica — cuja ausência ainda é notória em muitas escolas públicas —, as instituições especializadas têm pressionado o poder público e promovido ações educativas para garantir também a acessibilidade comunicacional, pedagógica e atitudinal. Essas dimensões são frequentemente ignoradas pelas políticas educacionais mais generalistas, mas são determinantes para que o processo inclusivo seja realmente efetivo. A acessibilidade não pode ser reduzida à presença de rampas ou banheiros adaptados; ela deve abranger a construção de relações pedagógicas e sociais que acolham e respeitem as singularidades dos sujeitos (GLAT; BLANCO, 2007).

Nesse sentido, torna-se cada vez mais urgente uma reflexão crítica sobre os limites e contradições da política de inclusão escolar adotada no Brasil. Embora o discurso da inclusão tenha se consolidado como diretriz normativa e ética, muitas escolas ainda funcionam sob lógicas excludentes, mesmo que de forma velada. A presença física do estudante com deficiência na sala regular não garante, por si só, sua participação efetiva nas atividades e interações escolares. Nesse aspecto, as instituições especializadas podem e devem ser compreendidas não como espaços concorrentes da escola regular, mas como instâncias de apoio técnico-pedagógico, consultoria especializada e produção de conhecimento que contribuem para a superação das barreiras impostas pelo sistema educacional.

Finalmente, vale apontar que o fortalecimento das instituições especializadas deve caminhar lado a lado com o fortalecimento de uma rede intersetorial de proteção social. Educação, saúde, assistência social e cultura precisam atuar de forma articulada para garantir não apenas o acesso à escola, mas condições reais de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes. Isso implica em repensar os arranjos institucionais e as práticas de gestão pública, reconhecendo que a educação inclusiva é um compromisso coletivo, que ultrapassa os muros da escola e envolve toda a sociedade.

Outro aspecto que merece atenção no debate sobre o papel das instituições especializadas na construção de uma educação inclusiva diz respeito à sua atuação nos processos de transição escolar e de vida dos estudantes com deficiência. Esse período, que envolve a passagem da educação básica para a vida adulta, o ensino superior ou o mercado de trabalho, é marcado por inúmeras incertezas, tanto para os estudantes quanto para suas famílias. Instituições como as APAEs e os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs) têm desenvolvido projetos voltados à formação para a autonomia, à orientação profissional e à inserção sociolaboral, articulando ações com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), empresas e instituições de ensino técnico. Essas práticas mostram que a inclusão não deve se restringir ao espaço escolar, mas estender-se à construção de uma cidadania plena e ativa.

É fundamental considerar a atuação das instituições especializadas na produção de dados e indicadores educacionais sobre a população com deficiência. Em um país onde as estatísticas oficiais ainda são insuficientes ou pouco precisas, especialmente no que se refere à qualidade da inclusão, esses centros vêm desempenhando um papel relevante na geração de evidências que orientem políticas públicas. Relatórios, diagnósticos regionais, levantamentos sobre barreiras educacionais e estudos de caso são exemplos de contribuições que ampliam o conhecimento sobre os desafios enfrentados por esse público e permitem uma atuação mais estratégica do poder público (MANTOAN, 2011).

A atuação das instituições especializadas também se revela importante em contextos de emergência e vulnerabilidade, como situações de desastres ambientais, crises sanitárias ou deslocamentos forçados. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitas dessas instituições reestruturaram seus serviços para garantir o mínimo de continuidade pedagógica e apoio às famílias, por meio de atendimentos remotos, entrega de materiais adaptados e suporte psicossocial. Esse papel emergencial evidenciou a flexibilidade, o comprometimento e a capilaridade dessas organizações, que conseguiram, mesmo com recursos limitados, manter o vínculo com seus usuários e minimizar os impactos do isolamento social.

É relevante destacar que o fortalecimento das instituições especializadas depende também de uma visão crítica e atualizada sobre suas próprias práticas. A transformação da educação inclusiva no Brasil exige que essas instituições abandonem, progressivamente, qualquer resquício de tutela ou de segregação, posicionando-se como espaços de inovação, pesquisa aplicada e interlocução com as escolas comuns. Isso requer investimento na formação de seus próprios quadros técnicos, abertura ao diálogo com movimentos sociais e compromisso com os princípios da inclusão como prática democrática. A escuta ativa dos sujeitos com deficiência e sua participação na formulação e avaliação das ações institucionais é outro elemento-chave para garantir que essas organizações continuem sendo, de fato, aliadas na construção de uma escola e de uma sociedade para todos.

4 Resultados e discussões

Os resultados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica evidenciam que as instituições especializadas têm exercido um papel dinâmico e adaptativo na construção da educação inclusiva no Brasil. Diferentemente da visão tradicional que as associava exclusivamente a práticas segregacionistas, os dados analisados revelam um movimento de resignificação de suas funções,

sobretudo a partir da década de 2000, com o avanço das políticas públicas de inclusão. O levantamento teórico permitiu identificar que essas instituições vêm assumindo novos papéis, como a formação continuada de professores, o desenvolvimento de materiais pedagógicos acessíveis, o assessoramento técnico às escolas regulares e a produção de conhecimento aplicado à inclusão escolar.

Um dos principais achados da pesquisa diz respeito à relevância das contribuições práticas dessas instituições no cotidiano escolar, especialmente em contextos onde a rede pública de ensino não dispõe de recursos ou expertise suficientes para atender às demandas da diversidade. Ao atuar de forma complementar e colaborativa, as instituições especializadas têm impulsionado práticas pedagógicas mais inclusivas, fornecendo suporte técnico e metodológico que potencializa a aprendizagem de estudantes com deficiência. Esses achados contribuem para ampliar a compreensão do papel dessas entidades como agentes de fortalecimento da rede de apoio à inclusão, e não como estruturas paralelas ou concorrentes ao ensino regular.

Além disso, a análise evidenciou que tais instituições desempenham um papel fundamental na formação de uma cultura de inclusão, tanto no meio educacional quanto na sociedade em geral. Por meio de ações de sensibilização, campanhas de conscientização, envolvimento familiar e articulação comunitária, elas têm contribuído para desconstruir estigmas associados à deficiência e promover a valorização da diversidade humana. Esse impacto simbólico e social amplia o alcance das políticas educacionais inclusivas, estabelecendo conexões entre escola, comunidade e políticas públicas.

Outro ponto relevante identificado é a atuação dessas instituições na mediação entre os marcos legais da inclusão e sua concretização na prática pedagógica. Ao mesmo tempo em que defendem o direito à educação comum para todos, elas reconhecem os limites estruturais e pedagógicos que ainda persistem nas escolas brasileiras. Essa postura crítica e propositiva permite que elas operem como instâncias de transição e apoio, oferecendo alternativas pedagógicas, assessoramento técnico e espaços de escuta para professores e gestores educacionais. Com isso, tornam-se fundamentais para o enfrentamento de entraves como a falta de formação adequada, a resistência institucional e a ausência de recursos acessíveis.

No plano acadêmico, o estudo contribui para preencher lacunas na literatura especializada ao propor uma leitura mais nuançada sobre o papel das instituições especializadas, indo além das abordagens binárias que as situam como aliadas ou inimigas da inclusão. A análise indica que a contribuição dessas instituições é altamente contextual, variando conforme o grau de articulação com as redes de ensino, os recursos disponíveis e o compromisso com os princípios inclusivos. Com base nisso, o presente trabalho oferece uma interpretação mais complexa e dialógica, que pode subsidiar futuras pesquisas, revisões de políticas e práticas pedagógicas.

Portanto, os resultados da investigação apontam para a necessidade de um reconhecimento mais claro e institucionalizado da função estratégica dessas entidades na educação brasileira contemporânea. Para a sociedade, os achados reforçam a importância de apoiar e fortalecer essas instituições como parte integrante do sistema educacional inclusivo, sobretudo em um momento de crescentes desafios orçamentários e retrocessos políticos. Para a academia, os resultados sugerem caminhos investigativos voltados à avaliação crítica da atuação dessas instituições, suas metodologias, impactos e potencialidades de transformação social.

A presente pesquisa permitiu compreender a complexidade e a relevância do papel das instituições especializadas na consolidação de uma educação inclusiva no Brasil. Ao longo da análise bibliográfica, constatou-se que essas instituições vêm passando por um processo de ressignificação de suas funções, deixando de atuar exclusivamente em contextos segregados para se posicionarem como parceiras estratégicas da escola regular. Sua contribuição se manifesta em diversas frentes, como na formação continuada de professores, na produção de recursos acessíveis, no assessoramento técnico e pedagógico, na mediação entre as diretrizes legais e a prática escolar, e na promoção de uma cultura de valorização da diversidade.

O estudo também evidenciou que, embora as instituições especializadas tenham acumulado conhecimentos e experiências significativas, ainda enfrentam desafios estruturais e simbólicos que comprometem sua atuação plena. A falta de financiamento contínuo, a fragilidade das articulações com as redes públicas de ensino, o preconceito institucional e a ausência de políticas intersetoriais comprometem a efetivação de práticas inclusivas mais integradas e sustentáveis. Tais entraves exigem, por parte do poder público e da sociedade civil, o reconhecimento da importância dessas entidades e o investimento em sua qualificação e articulação com as políticas educacionais.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o avanço do debate sobre a inclusão escolar ao propor uma leitura mais dialógica e contextualizada da atuação das instituições especializadas, evitando reducionismos que as posicionem como obstáculos à inclusão. Na prática, os resultados apresentados reforçam a necessidade de integração entre diferentes agentes — escolas, universidades, centros especializados, famílias e gestores públicos — para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, equitativo e de qualidade.

Como recomendações para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudos empíricos de natureza qualitativa que investiguem experiências concretas de articulação entre escolas regulares e instituições especializadas em diferentes regiões do país, considerando as especificidades culturais e socioeconômicas de cada contexto. Também se indica o aprofundamento das análises sobre o impacto dessas instituições na formação inicial e continuada de professores, bem como sobre os processos de transição escolar e inserção profissional de estudantes com deficiência. Ademais, seria relevante explorar como essas instituições vêm incorporando tecnologias digitais e estratégias inovadoras em sua atuação pedagógica.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento das instituições especializadas, em diálogo com os princípios da inclusão e com as políticas públicas educacionais, é essencial para a consolidação de uma escola que respeite a diferença e garanta o direito à aprendizagem a todos os sujeitos. Mais do que estruturas auxiliares, essas instituições representam, hoje, espaços de produção de conhecimento, de escuta qualificada e de inovação pedagógica, sendo fundamentais para o avanço da inclusão no Brasil.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Rosita E. V. de. Inclusão: a educação do sujeito que aprende. São Paulo: Moderna, 2004.

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosa Maria. Educação inclusiva: a formação de professores e a construção de sistemas educacionais inclusivos. Revista Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 289-311, 2007.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; COSTA, Michel da; SILVA, Marcela Mary José da; ALVARENGA, Angélica Maria Abílio; MARQUES, Fabiano Rodrigues; MAIA, Giselle Carmo. O PAPEL DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO CONTEXTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA . Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 856–866, 2023. DOI: 10.51891/rease.v8i12.8107. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8107>. Acesso em: 30 jul. 2025.

JANUZZI, Gilberta. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensino inclusivo: construindo uma educação para todos. Petrópolis: Vozes, 2011.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Maria Aparecida G. de. Educação especial: de onde vem e para onde vai? In: CARVALHO, R. E. V. (org.). Inclusão: a escola e o direito à diferença. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. p. 15-40.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas pedagógicas. Campinas: Autores Associados, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão social: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.